

(Do Sr. Raul Jungmann)

*Requer informações ao
Ministro das Relações
Exteriores sobre sua viagem
oficial ao Irã ocorrida em
novembro deste ano.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro das Relações Exteriores, **Sr. Celso Amorim**, pedido de informações sobre sua viagem oficial ao Irã ocorrida em novembro deste ano, nos seguintes termos:

1. Composição da delegação empresarial que acompanhou a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores brasileiro ao Irã.
2. Autoridades iranianas com as quais foram estabelecidos encontros e pauta geral dos temas debatidos com cada uma delas.
3. Acordos bilaterais eventualmente assinados ou discutidos durante a visita oficial.

4. Eventuais discussões sobre a utilização de energia nuclear para fins pacíficos de modo conjunto e, em caso afirmativo, os limites e contornos dessa cooperação.
5. Previsão de visita oficial do presidente iraniano ao Brasil ou do presidente brasileiro ao Irã.
6. Temas gerais debatidos durante o encontro empresarial Brasil-Irã; mecanismos previstos com o objetivo de adensar o intercâmbio comercial entre os dois países; áreas do comércio bilateral que deverão ser priorizadas nos próximos anos; perspectivas sobre o desempenho do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã para o futuro.
7. Possíveis impactos nas relações Brasil-Estados Unidos da América devido a uma aproximação comercial/política com o Irã.
8. Possíveis impactos nas relações entre o Brasil e Israel devido à visita oficial ao Irã; razões que motivaram, logo após a visita oficial, a convocação do titular da embaixada israelense em Brasília para prestar esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores; posição do Brasil diante do conflito entre palestinos e israelenses.

JUSTIFICATIVA

No início de novembro de 2008, o ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, empreendeu viagem oficial ao Irã, acompanhado de delegação empresarial. Esta foi a primeira visita de um chanceler brasileiro ao país persa desde 1991.

Em Teerã, o ministro se encontrou com diversas autoridades iranianas e participou do encontro empresarial Brasil-Irã, que tinha como objetivo adensar o intercâmbio comercial entre os dois países. Vale lembrar que, hoje, o Irã figura como o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, sendo responsável por mais de 28% de nossas exportações àquela região.

Em 2006, o Brasil exportou para o Irã cerca de 1,5 bilhão de dólares em produtos, sendo que em 2007 o valor passou para 1,8 bilhão de dólares. Em termos percentuais, de fato, isso ainda representa pouco da pauta total de exportações brasileiras, quer seja, 1,4%. Do lado das importações, o Irã contribuiu com apenas 0,01% do total importado pelo Brasil em 2007. Esses números confirmam que existe grande potencial de crescimento da corrente de comércio entre o Brasil e o Irã e, o que é mais interessante, a favor do superávit brasileiro.

De acordo com declarações do ministro Amorim durante sua visita ao Irã e colhidas na imprensa, “o importante é que os países em desenvolvimento estreitem os laços sob novas condições e procurem influenciar o redesenho da ordem internacional”, o que é, sem embargo, extremamente louvável. No entanto, a simples ida do chanceler brasileiro ao Irã suscitou, ao que tudo indica, críticas por parte do governo israelense contra o Brasil, especialmente

de sua embaixada em Brasília. Como resultado, o Itamaraty convocou o titular da embaixada de Israel em Brasília a prestar esclarecimentos.

O tema que envolve o Irã e Israel, por certo, é demasiado sensível, inclusive para a política externa brasileira. Afinal, diz respeito à própria manutenção do Estado israelense e à difícil, ainda que possível, solução do conflito envolvendo palestinos e israelenses. A posição radical do Irã diante do tema, representada principalmente nas declarações de seu presidente, Mahmoud Ahmadinejad, cria, invariavelmente, uma reação clara de Israel a qualquer movimento de aproximação político-comercial do Brasil ao país persa.

De outro modo, ainda que não seja a intenção da diplomacia brasileira, uma aproximação do nosso país com o Irã influenciará, de forma direta, suas relações bilaterais com Israel. Tradicionalmente, nossa diplomacia defende uma solução justa, pacífica e duradoura para o conflito palestino-israelense por meio da retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes, do pleno acatamento dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e à independência, e do direito de todos os Estados da região do Oriente Médio de viverem em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Nesse sentido, é sabido que, desde o princípio dos conflitos envolvendo palestinos e israelenses, o Brasil adotou posição evidentemente neutra, procurando dispensar atenção semelhante aos países interessados diretamente na questão. Foi o caso, por exemplo, da visita do chanceler Mario Gibson Barboza no início da década de 1970 à região, em que cuidou, de modo eqüidistante e equilibrado, satisfazer a ambos os lados do conflito. Não restam dúvidas de que o Brasil não modificou, sequer minimamente, sua

posição de neutralidade em relação ao conflito com a visita de nosso chanceler ao Irã. No entanto, foram observadas reações, ainda que não formais, da diplomacia israelense quanto a este episódio e que merecem esclarecimentos e avaliação a fim de não prejudicar a condução de nossa política externa no que concerne a este tema.

Diante disso, apresentamos o presente Requerimento de Informações com o objetivo de melhor municiar este Parlamento para questões que envolvem a política externa brasileira para o Oriente Médio e, em especial, o Irã.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE